



Simulado Especial

ALECE

Técnico Legislativo

Pós-Edital

Simulado

ALE CE – Técnico Legislativo – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da ALE-CE;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da ALE-CE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ALE-CE-21-11>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 36 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 37 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 38 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 39 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 40 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 21 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 22 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 23 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 24 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 25 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 26 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 27 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 28 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 29 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 30 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 31 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 32 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 33 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 34 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 35 - A B C D E | 70 - A B C D E |

PORTUGUÊS

Luiz Felipe

TEXTO I

Distingo, no português histórico, dois períodos principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período. E como não ficou estacionário o português moderno, denominou-se quinhentista, seiscentista, setecentista a linguagem própria a cada era. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII. Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Ignoram-se a data ou o momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística.

Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. Não podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem, a seu sabor, o idioma pátrio e sua gramática.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente.

(M. Said Ali. Prólogo da Lexeologia do português histórico, 1.ª ed. 1921. Companhia Melhoramentos; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 17-8. Adaptado)

01. Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) O autor define rigidamente dois períodos históricos para o português
- b) As inovações do português surgem por meio da linguagem literária.
- c) As classes sociais mais altas não são alcançadas pelas mudanças linguísticas.
- d) A modernização da língua origina-se na fala.
- e) A literatura é sempre conservadora, pois nunca se sujeita à linguagem popular.

02. O texto apresenta diversos trechos opinativos. Assinale a alternativa que apresenta uma opinião do autor.

- a) "Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572)" (1º parágrafo).
- b) "O século XVI, [...], graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem" (3º parágrafo).
- c) "Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo" (2º parágrafo).
- d) Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo (3º parágrafo)
- e) "Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também (2º parágrafo)"

03. O termo “sucumbe” (terceiro período do segundo parágrafo) está empregado no texto com o sentido de

- a) arquear-se
- b) expirar-se
- c) ceder
- d) esmorecer
- e) apagar-se

04. Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto: "Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII" (1º parágrafo). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

- a) Destino a denominação de português contemporâneo a mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII
- b) Reservo a denominação de português atual para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII
- c) Defendo a denominação de português moderno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII
- d) Defendo a denominação de português contemporâneo para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII
- e) Direciono a denominação de português moderno as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII

05. Depreende-se do trecho “A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente” exceto

- a) As inovações linguísticas podem ser estigmatizadas
- b) A escrita com desatenção pode reproduzir aspectos gramaticais da fala
- c) Em situações informais, a fala popular ganha mais espaço.
- d) A imitação da fala popular é uma forma de desprezo e preconceito.
- e) As classes economicamente dominantes resistem, em um primeiro momento, às inovações

06. No trecho "Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada", o sujeito da forma verbal destacada

- a) é simples ("a linguagem escrita")
- b) está posposto ("espelho fiel")
- c) está oculto
- d) está indeterminado
- e) é oracional

TEXTO II**Ficar desempregado é melhor do que sofrer no trabalho**

Estudo feito com 7155 pessoas revela: para quem tem um emprego ruim, a rua traz mais felicidade do que o escritório.

Fernando Badô e Bruno Cagattoni

Sabe aquele seu vizinho que não trabalha, mas vive sorrindo? A explicação pode estar num estudo realizado por cientistas australianos, que acompanharam 7155 homens e mulheres entre 20 e 55 anos de idade e concluíram: ficar desempregado, seja por vontade própria, seja por demissão, pode aumentar o nível de felicidade das pessoas.

Ao longo de 7 anos, os pesquisadores aplicaram questionários para medir o grau de felicidade dos voluntários, cujos empregos também foram analisados em 4 aspectos: nível de desafio, grau de autonomia, salário e perspectivas de carreira. O objetivo era determinar quais empregos eram bons ou ruins.

As pessoas que estavam trabalhando, em bons empregos, eram sempre as mais felizes - marcando em média 75,1 pontos na escala criada pelos cientistas. Em seguida vinham os desempregados e os trabalhadores com empregos ruins, ambos com 68,5 pontos. Empate. Então desemprego é a mesma coisa que emprego ruim, certo?

Errado: o desemprego é melhor. Ao longo do estudo, quem trocou o desemprego por um emprego ruim viu sua felicidade cair ainda mais, perdendo 6 pontos a cada ano. Já quem continuou sem fazer nada perdeu apenas 1 ponto.

Concluindo: embora seja ruim ficar sem emprego, sofrer no trabalho é ainda pior. "O emprego ruim faz a pessoa perder saúde mental", diz Peter Butterworth, psiquiatra da Universidade Nacional da Austrália e coordenador da pesquisa.

[Super Interessante, n. 294, p. 22, agosto de 2011. ADAPTADO]

07. Conforme as informações do texto

- a) Quanto mais autônomo o trabalhador, mais satisfeito ele estará com seu emprego.
- b) A pesquisa foi realizada por amostragem com trabalhadores australianos.
- c) As pessoas que trabalham são sempre mais felizes em comparação aos desempregados.
- d) Ficar desempregado pode ser tão prejudicial à saúde quanto ter um emprego ruim.

e) Os desempregados e os que sofrem com empregos ruins apresentaram queda de felicidade.

08. No trecho “embora seja ruim ficar sem emprego, sofrer no trabalho é ainda pior” (último parágrafo do texto II), a conjunção “embora” expressa o mesmo que

- a) portanto
- b) porquanto
- c) conquanto
- d) entretanto
- e) contudo

09. O texto II apresenta, predominantemente, a tipologia textual

- a) argumentativa
- b) descritiva
- c) expositiva
- d) narrativa
- e) injuntiva

10. A vírgula foi empregada pelo mesmo motivo que se observa no trecho "Ao longo de 7 anos, os pesquisadores aplicaram questionários para medir o grau de felicidade dos voluntários [...]" em:

- a) Pelos homens, a vida é construída diariamente
- b) Caros amigos, devo meu sucesso a todos vocês.
- c) Amazon, Netflix, Disney e HBO lutam por espaço entre consumidores brasileiros.
- d) Naquele tempo, em que todos admiravam os avanços científicos, vivia-se melhor.
- e) O rei, quando não havia mais saída, apelava para seus súditos.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

11. Em relação a redes de computadores, julgue os itens a seguir

- a) A intranet pode ser considerada a extensão da LAN da empresa.
- b) A WAN é a rede metropolitana e possui a abrangência de uma cidade.
- c) A LAN é a rede local, apresenta um pequeno alcance e, por isso, conecta uma pequena quantidade de máquinas.
- d) A Man é a rede metropolitana e possui a abrangência de uma cidade
- e) A WAN é a rede de longa distância e é bastante por isso não deve ser utilizada nas Intranets

12. Ataque que realiza o sequestro dos dados. Ao invadir uma máquina os dados do usuário são criptografados e é solicitado um resgate para a sua liberação. Essa situação descreve um ataque de:

- a) Spyware
- b) Ransomware.
- c) Phishing
- d) Pharming.
- e) Cookie.

13. Sobre o Sistemas Operacionais responda:

- a) O Windows é um Sistema Operacional de código aberto e amplamente utilizado.
- b) O Windows apresenta um Kernel e um Shell gratuitos e que podem ser personalizados.
- c) O Windows 10 apresenta uma versão que busca unificar funcionalidades de desktop e dispositivos móveis.
- d) O Windows não pode ser utilizado na plataforma Intel.
- e) O Windows é desenvolvido pela Apple.

14. No Word, quando posicionamos o mouse ao lado do texto até que ele se transforme em uma seta, ao clicarmos uma vez iremos:

- a) selecionar todo o parágrafo.
- b) selecionar a palavra.
- c) posicionar o cursor no local clicado.
- d) selecionar a linha.
- e) selecionar todo o texto.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Emerson Bruno

15. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará, o processo legislativo NÃO compreende a elaboração de

- a) emendas à Constituição;
- b) leis complementares;
- c) leis ordinárias;
- d) leis delegadas;
- e) medidas provisórias.

16. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará, a Constituição Estadual NÃO poderá ser emendada mediante proposta:

- a) de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa.
- b) do Governador do Estado;
- c) de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
- d) do Governador do Estado durante a vigência de Estado de Defesa.
- e) de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS

Thiago Farias

17. A Lei Estadual 9.826/1974 dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Ceará. A respeito dela, assinale o item correto:

- a) A escolha dos ocupantes de cargos em comissão deverá recair necessariamente em funcionário do Estado, na forma do regulamento.
- b) A posse em cargo em comissão determina o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, sem ressalvas.
- c) Exercício é o fato que completa a investidura em cargo público.
- d) A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias da publicação do ato de provimento no órgão oficial.
- e) Poderá haver posse por procuração, quando se tratar de funcionário ausente do País ou do Estado, ou, ainda, em casos especiais, a juízo da autoridade competente.

REGIMENTO INTERNO ALE-CE

Luiz Claudio / Miguel Gerônimo

18. Considerando o disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a afirmativa correta.

- a) A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará somente poderá se reunir fora da sua sede por deliberação da Mesa, a requerimento da maioria absoluta dos Deputados.
- b) O Colégio de Líderes é formado pelos Líderes das Bancadas Partidárias, dos Blocos Parlamentares e do Governo e, em regra, suas decisões são tomadas mediante consenso entre seus integrantes ou por maioria simples dos votos.
- c) As Sessões Ordinárias realizar-se-ão de segunda a quinta-feira, a partir das 9 (nove) horas, não havendo sessões às sextas-feiras.
- d) Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo próprio da Sessão, dar-se-á esta por prorrogada, até que se conclua a votação, devendo a prorrogação ser declarada pelo Presidente.
- e) A proposição com discussão ultimada numa Sessão Legislativa tê-la-á reaberta na seguinte.

19. Dentre outras características e peculiaridades, comissão parlamentar é um colegiado destinado a analisar, estudar, discutir e votar matérias de interesse da sociedade e do Poder Legislativo. Com base nessa preliminar, escolha a alternativa incorreta, fundamentado nas disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

- a) As Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará são permanentes, as que subsistem durante a legislatura, e temporárias, aquelas que são constituídas com finalidades especiais ou de representação, extinguindo-se ao término da Legislatura, ou, antes dela, quando alcançada a finalidade a que se destinam.
- b) Os membros efetivos e suplentes das comissões parlamentares são nomeados pelos líderes de partidos políticos ou de bloco parlamentar, por indicação do Presidente da Assembleia Legislativa.
- c) Dentre outras atribuições, cabem às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, acompanhar, junto ao Poder Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução, além de solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- d) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são criadas para apuração de fato determinado, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, aplicando-se às suas atividades, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.
- e) Dentre as comissões permanentes previstas no Regimento Interno, incluem-se a de Constituição, Justiça e Redação; a de Orçamento, Finanças e Tributação; e a de Direitos Humanos e Cidadania.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ALE-CE

Thiago Farias

20. Tendo em vista o disposto na Resolução ALCE 698/2019, assinale a alternativa que não corresponde a um órgão parlamentar:

- a) Plenário
- b) Procuradoria Parlamentar
- c) Corregedoria Parlamentar
- d) Mesa Diretora
- e) Procuradoria Especial da Mulher

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Vinicius Nascimento

21. No último ano, a taxa de crescimento do mercado de e-commerce (compra e venda de produtos pela internet) cresceu 40%. A participação relativa de mercado no e-commerce da unidade estratégica de negócio da empresa Coruja SA permaneceu muito elevada, com vendas duas vezes maiores do que as vendas do concorrente mais próximo. De acordo com a Matriz BCG, a referida unidade estratégica de negócio da empresa Coruja SA é classificada como

- a) vaca leiteira
- b) interrogação
- c) abacaxi
- d) estrela
- e) cachorro

22. A empresa Coruja SA realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa identificou

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos.
- c) forças de outras organizações perante a empresa SF.
- d) uma situação atípica que deverá ser combatida com cautela.

e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável.

23. O tipo de departamentalização cuja característica principal consiste na especialização ocupacional, propiciando convergência das ações dos especialistas para a execução de determinada atividade é:

- a) operacional
- b) funcional
- c) por base territorial
- d) por clientela
- e) por produtos/serviços

24. A _____ inclui um conjunto-chave de habilidades e técnicas que possibilitam às pessoas compreender, formalizar e comunicar os principais componentes de processos de negócio.

- a) administração
- b) gestão de pessoas
- c) gestão estratégica
- d) visão
- e) modelagem de processos

25. Uma empresa fabricante de produtos eletrodomésticos almeja promover uma alteração em um dos principais produtos da empresa, que representará uma inovação significativa no mercado. Para tanto, há a necessidade de grandes investimentos no projeto do produto, na linha de produção, na área de marketing (vendas e propaganda), na área de recursos humanos (treinamento e aperfeiçoamento dos empregados), logística, fornecimento, enfim todas as áreas sofreriam alterações.

O presidente da empresa acredita no potencial da proposta e gostaria de implementá-la, mas considera que os riscos envolvidos não são desprezíveis.

Por isso, resolveu criar um grupo dedicado a estudar e viabilizar a inovação do produto, sob a responsabilidade do gerente de marketing, que contasse com a participação de pessoas da área de produção, da área financeira e de recursos humanos da empresa.

Levando-se em consideração a situação hipotética e todos os estudos acerca de estrutura organizacional, assinale dentre as alternativas abaixo qual o tipo de estrutura que o presidente deveria adotar para viabilizar tal estudo:

- a) em equipe, com autoridade funcional para o gerente de marketing;
- b) divisional, com autoridade de projeto para o gerente de marketing;
- c) em linha, com autoridade funcional para o gerente de marketing;
- d) em staff, com autoridade funcional para o gerente de marketing;
- e) matricial, com autoridade de projeto para o gerente de marketing.

26. Acerca da evolução dos modelos de administração pública no país, assinale a alternativa incorreta.

- a) Dentro do processo de modernização da Administração Pública Brasileira, ocorreu o chamado processo de publicização de serviços públicos. Nesse processo, determinadas atividades não exclusivas do Estado foram transferidas para entidades privadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais, mediante concessão de serviços públicos.

b) O modelo burocrático enfatizou a formalidade dos processos, a impessoalidade nas relações e o profissionalismo no trabalho. Com isso, o foco era uma busca pela superação o modelo patrimonialista vigente à época.

c) Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil teve um retrocesso ao modelo burocrático, uma vez que as primeiras ideias gerenciais surgiram na década de 1960 e a Carta Magna reforçou a centralização administrativa e uma descentralização política.

d) O gerencialismo sucedeu o modelo burocrático, porém sem abandonar suas regras. A primeira fase, gerencialismo puro, buscou a reconstrução do Estado e via os cidadãos como tax payer, ou seja, como financiador desse no Estado em busca de mudanças.

e) O orçamento-programa, controle de resultados e de custos, foco no cidadão e na prestação de serviços são características essenciais de um modelo gerencial de administração pública.

27. A criação de entes pertencentes à administração indireta ocorre mediante criação por lei específica ou autorizadas em lei, com registro dos atos constitutivos em órgão competente. A descentralização, nesse caso, ocorre mediante

- a) desconcentração.
- b) território.
- c) outorga.
- d) delegação.
- e) avocação.

28. As autarquias especiais que são criadas por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo, cujos diretores por ele são nomeados após aprovação, em regra, pelo Poder Legislativo e que realizam, entre outras, as funções de fiscalização de serviços públicos concedidos à iniciativa privada são chamadas de

- a) agências executivas
- b) fundações públicas
- c) fundações autárquicas
- d) agências reguladoras
- e) consórcios públicos

29. Dentro do processo de modernização da Administração Pública, é cada vez mais presente o uso de tecnologia da informação para estimular a interação entre governo e população. Das alternativas abaixo, marque aquela que não está alinhada ao conceito de governo eletrônico e seus fundamentos.

- a) Minimizar a burocracia pública.
- b) Incentivar a participação do cidadão.
- c) Eliminar custos e reduzir a ineficiência administrativa.
- d) Promover a prestação de contas da Administração Pública.
- e) Garantir a confidencialidade das ações governamentais.

30. Considere as assertivas a seguir.

I A necessidade de que o governo seja capaz de intermediar os interesses distintos e que haja harmonia nas relações entre os poderes políticos está relacionada à governabilidade

II A prestação de contas de maneira transparente e a responsabilização de agentes públicos por improbidade administrativa são atos inerentes à gestão pública está relacionada à governança.

III. O *accountability* refere-se à capacidade financeira e gerencial do Estado de implementar políticas públicas.

Marque a alternativa correta

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Todas estão corretas.
- d) Apenas a III está correta.
- e) Apenas a II está correta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

31. A respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) No critério subjetivo, entende-se por administração pública a designação da própria função administrativa exercida pelo Poder Executivo.
- b) A administração pública indireta inclui a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) As entidades integrantes da administração pública indireta possuem autonomia política, administrativa e financeira, além de possuírem capacidade processual e patrimônio próprio.
- d) Empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, criadas por meio de autorização legislativa, para prestar serviço público ou explorar atividade econômica.
- e) A criação de fundações públicas de direito público ocorre por criação autorizada por lei, sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.

32. No que se refere à concentração e desconcentração, centralização e descentralização, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- I- A desconcentração administrativa é a distribuição de competências de uma pessoa jurídica para outra, ocorrendo uma ruptura do vínculo hierárquico.
 - II- A centralização compreende na execução de tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos e agentes integrantes da administração pública direta.
 - III- A descentralização por serviços ocorre quando a Administração Pública, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, transfere a execução de um serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, mas mantém a titularidade do serviço.
- a) Apenas o item I está correto.
 - b) Apenas o item II está correto.
 - c) Os itens I e II estão corretos.
 - d) Os itens I e III estão corretos.
 - e) Todos os itens estão incorretos.

33. Foi realizada uma denúncia que um mercado estava comercializando produtos com a data de validade vencida. Diante disso, fiscais de vigilância sanitária se deslocaram até o local e comprovaram a veracidade dos fatos, e por essa razão, interditaram o estabelecimento, mesmo sem ordem judicial. A respeito da situação narrada, a atuação dos fiscais de vigilância sanitária decorre do poder

- a) regulamentar.
- b) hierárquico.
- c) de polícia.
- d) disciplinar.
- e) de tutela.

34. No que concerne aos poderes da Administração, assinale a alternativa incorreta.

- a) O poder de polícia limita o uso, gozo e disposição da propriedade e restringe o exercício da liberdade dos indivíduos em benefício do interesse público.
- b) O poder disciplinar se estende aos sujeitos que tenham um vínculo de natureza especial com a Administração, sejam ou não servidores públicos.
- c) Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter excepcional e por tempo determinado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- d) Em razão do poder de polícia judiciária, é permitido que autoridade policial convoque testemunha para depor em delegacia de polícia.
- e) No poder regulamentar, a Administração pública poderá extrapolar os limites do ato normativo primário, desde que seja de interesse público.

35. Acerca da extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A cassação é quando ocorre a extinção de um ato administrativo diante do descumprimento dos requisitos estabelecidos para a sua execução.
- b) Ocorre a contraposição quando o ato não é compatível com a nova legislação.
- c) A caducidade ocorre quando um novo ato se contrapõe ao ato anterior.

d) A anulação é a supressão de um ato válido por motivo de interesse público superveniente, que o tornou inconveniente ou inoportuno.

e) Na revogação, o ato é extinto por motivo de ilegalidade, que poderá ser realizada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.

36. A respeito dos atos administrativo, assinale a alternativa que não corresponde a um dos seus elementos.

- a) Forma.
- b) Competência.
- c) Imperatividade.
- d) Motivo.
- e) Finalidade.

37. Acerca das disposições constitucionais aplicáveis a agente públicos, analise os seguintes itens como verdadeiro (V) ou falso (F), assinalando a sequência correta.

() O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, não havendo exceções.

() É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

() O servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

() Serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios, as parcelas de caráter indenizatório.

- a) V - V - V - V.
- b) V - F - F - V.
- c) F - V - V - F.
- d) V - V - F - F.
- e) F - F - V - F

38. Acerca do tema responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado não será responsabilizado civilmente por danos causados por seus agentes se ficar comprovada uma causa excludente de ilicitude penal.
- b) A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos abrange apenas danos materiais.
- c) Considera-se causa excludente da responsabilidade do Estado a culpa recíproca da vítima.
- d) De acordo com a teoria do risco integral, o Estado responde objetivamente pelos danos causados a terceiros pelos seus agentes, independente de dolo ou culpa, admitindo excludentes da responsabilidade estatal.
- e) O Estado será civilmente responsabilizado em casos de dano provocado a terceiro de boa-fé por agente público putativo.

39. O Estado, em caso de negligência, tem responsabilidade pelos danos oriundos em caso de falha na prestação dos serviços públicos, como a má conservação de uma via pública, por exemplo. Tal afirmativa é referente à teoria

- a) civilista.
- b) do risco integral.
- c) do risco administrativo.
- d) da culpa civil.
- e) da culpa administrativa.

40. No que concerne a controle da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos praticados pelo Poder Executivo que sejam ilegais poderão ser revogados pelo Poder Judiciário.
- b) A administração pública poderá anular seus próprios atos, por meio da autotutela, ainda que perfeitamente legais, simplesmente por considerá-los inconvenientes e inoportunos.
- c) A ação civil pública não é um instrumento válido de controle judicial da atividade administrativa.
- d) Somente a Constituição Federal poderá prever modalidades de controle externo.

e) É um exemplo de controle administrativo hierárquico a supervisão ministerial exercida nas fundações públicas.

41. Quando o servidor responsável deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação, conforme rege a Lei 8.429/92, praticará ato de improbidade que

- a) importa em enriquecimento ilícito, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- b) importa em prejuízo ao erário, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- c) atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- d) importa em prejuízo ao erário, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- e) atenta contra os princípios da Administração Pública, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.

42. Considerando as disposições traçadas pela Lei 8.429/92, que trata da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- b) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- c) A ação principal, que terá o rito ordinário, somente será proposta pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
- d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente responderá integralmente pelas sanções decorrentes do ato ímprobo.
- e) A declaração de bens será atualizada a cada cinco anos de serviço e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

43. Conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, será inexigível a licitação

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- c) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
- d) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia

44. Considerando as disposições da Lei 8.666/93, que trata das licitações públicas e dos contratos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) É vedada a criação de novas modalidades de licitação ou a combinação das existentes.
- b) Será dispensável a licitação em caso de licitação deserta, que ocorre quando não comparecem interessados à licitação anterior.
- c) Em caso de comprovado superfaturamento nas hipóteses de contratação direta, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- d) Os contratos administrativos são regidos por normas de direito público, sendo que as disposições de direito privado serão aplicadas supletivamente.
- e) Embora os contratos administrativos sejam obrigatoriamente formalizados por escrito, há situações em que é admitida a celebração de contrato verbal.

45. Conforme rege a Lei 9.784/99, é impedida de participar no processo administrativo a autoridade

- a) que seja amigo íntimo do cônjuge de um dos interessados.
- b) cujo sobrinho tenha atuado como perito no processo.
- c) que esteja litigando judicialmente contra o irmão de um interessado.
- d) que possua inimizado notória com um dos interessados.
- e) cujo primo seja representante de um dos interessados no processo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane fauth

46. De acordo com a CF/88, a respeito dos princípios fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir a pobreza e a marginalização. as desigualdades sociais e regionais.
- b) solução bélica dos conflitos;
- c) pluripartidarismo político
- d) repúdio ao terrorismo e a tortura;
- e) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

47. Com referência aos direitos e garantias fundamentais e às ações constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- a) O habeas corpus somente pode ser impetrado na forma repressiva, ou seja, somente no caso de alguém efetivamente ter sofrido violência que limite a sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder
- b) É cabível mandado de injunção como instrumento para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) O mandado de segurança assegura o direito de acesso aos registros existentes, direito de retificação dos registros errôneos e direito de complementação dos registros insuficientes ou incompletos da pessoa do impetrante.
- d) Quando houver violação de direito líquido e certo por ilegalidade ou abuso de poder, realizado por uma autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, o remédio constitucional que deve ser invocado é o mandado de segurança.
- e) A ação popular é a garantia constitucional que protege o cidadão cuja liberdade de ir e vir seja cerceada por ato administrativo praticado sem a devida observância.

48. Em relação ao direito fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) São assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, excetuadas as atividades desportivas.
- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade,

ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

- e) Os sindicatos, quando expressamente autorizados, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

49. A respeito da Constituição Federal e seus direitos sociais, marque o item correto. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) A irredutibilidade do salário, ainda que disposto em convenção ou acordo coletivo.
- b) O décimo terceiro salário, calculado em 50% sobre o valor da remuneração
- c) A participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, direito esse não extensível aos trabalhadores domésticos.
- d) A proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.
- e) O salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa e média renda nos termos da lei.

50. Acerca dos direitos fundamentais e de nacionalidade, assinale a alternativa correta. Ricardo, filho de pai brasileiro e mãe italiana, nasceu no Chile e foi registrado em repartição brasileira competente. Ao tornar-se maior de idade, passou a cometer crimes variados, dentre eles, tráfico ilícito de entorpecentes. Após ser descoberto pela polícia, ele empreendeu fuga para o Brasil.

- a) Caso o governo chileno solicite ao Brasil a extradição de Ricardo, ela não poderá ser negada, visto que o crime de Tráfico ilícito de entorpecentes é hipótese constitucional para a extradição de brasileiros naturalizados.
- b) De acordo com o texto constitucional, Ricardo é brasileiro nato, pelo critério jus solis, pois a repartição brasileira em que foi registrado é considerada extensão do território nacional.
- c) Caso Ricardo opte por nacionalidade diversa, mesmo que originária, terá sua nacionalidade brasileira cancelada.
- d) Ricardo é brasileiro naturalizado.
- e) Ricardo, por ser brasileiro nato, não poderá ser extraditado para o Chile, caso este a solicite.

51. Referente aos direitos políticos, marque a resposta correta.

- a) O analfabeto detém plenos direitos de participação política.
- b) Aos analfabetos, são assegurados os direitos políticos ativos, mas não os passivos.
- c) Pedro, de 16 (dezesesseis) anos, estará impedido de alistar-se como eleitor e votar, visto que o voto somente é obrigatório depois de atingida a maioridade.
- d) Ao estrangeiro naturalizado brasileiro é vedado o alistamento eleitoral.
- e) Para concorrer a outros cargos o titular de qualquer mandato eletivo deve renunciar ao seu cargo atual em até 6 meses antes do pleito.

52. Acerca das matérias de reforma e revisão constitucionais, limitação do poder de revisão e emendas à Constituição, assinale a opção que não consta(m) pessoa(as) ou órgão(s) legitimado(s) para propor emenda à Constituição Federal:

- a) um terço dos membros da Câmara dos Deputados.
- b) um terço dos membros do Senado Federal.
- c) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- e) Presidente da República.

53. A respeito da organização político-administrativa do Estado, assinale a opção correta.

- a) Por ser um Estado laico, a Constituição Federal permite que os entes da Administração Direta estabeleçam cultos religiosos ou igrejas, e subvencione-os.
- b) O texto constitucional define que a Federação brasileira se constitui por uma união "indissolúvel", afastando, assim, a possibilidade de secessão. Desta forma, é vedada a incorporação, subdivisão ou desmembramento dos Estados membros.
- c) Por meio de lei estadual, é possível a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, porém, tal procedimento está restrito ao prazo determinada em Lei Complementar Federal, dentre outras condições.
- d) O Distrito Federal, situado em Brasília, é a Capital Federal.
- e) Compõem a República Federativa do Brasil, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dotados de independência e soberania, nos termos da Constituição Federal.

54. O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. A respeito do Poder Constituinte, é correto afirmar que

- a) o Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.
- b) o Poder Constituinte originário está previsto e regulado no texto da própria Constituição.
- c) o Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.
- d) o Poder Constituinte originário pode ser reformador ou revisor
- e) o Poder Constituinte originário é permanente, eis que não se esgota no momento do seu exercício, podendo ser convocado a qualquer momento pelo povo.

55. No que se refere às garantias e às vedações aplicáveis ao Poder Judiciário, é CORRETO afirmar:

- a) O poder judiciário possui garantia de natureza orgânico-administrativa, dessa forma, podem os tribunais superiores, diretamente, alterar o número de membros dos tribunais inferiores.
- b) Os juízes têm inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público fundado em decisão por voto de maioria de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- c) Os juízes têm irredutibilidade de subsídio, não se lhes aplicando limites constitucionais, nem sequer o teto de remuneração.
- d) O poder judiciário possui autonomia financeira, competindo aos tribunais elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- e) Os juízes têm vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

56. Julgue os itens a seguir com base nas normas constitucionais brasileiras que regulam o Poder Legislativo, e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor, entre outras matérias, sobre telecomunicações, radiodifusão, sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- b) Como regra, as deliberações de cada casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- c) Cabe à comissão mista permanente de senadores e deputados federais examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas pelo presidente da República.
- d) A possibilidade de determinação da quebra do sigilo bancário e fiscal encontra-se no âmbito dos poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito.
- e) A eleição de membros do Conselho da República compete, exclusivamente, à Câmara dos Deputados.

57. A respeito do Poder Legislativo e do Poder Executivo assinale a opção correta:

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, tal prerrogativa é extensível aos codenunciados que não estejam investidos em tais funções.
- b) É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- c) Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa e a Intervenção Federal, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
- d) É competência legislativa do Congresso Nacional a fixação de subsídios dos Ministros do STF, do Presidente da República e de Ministros de Estado.
- e) Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República e o Vice-presidente nos crimes de responsabilidade, cabendo ao senado também julgar os Ministros de Estado e os comandantes das forças armadas nos crimes da mesma natureza, desde que conexos com o do Presidente da República.

58. A respeito das imunidades, incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- b) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- c) O pedido de sustação da ação penal em trâmite contra deputado ou senador deverá ser feito por partido político, com representação na Casa, no prazo improrrogável de 45 dias, contados da ciência da ação penal.
- d) De acordo com o STF, após sentença condenatória transitada em julgado, deputados e senadores poderão ser presos. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, por toda e qualquer infração penal.

59. Acerca da fiscalização dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Tribunais de Contas representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- b) Os conselheiros dos Tribunais de Contas são considerados juízes togados com poderes absolutos de fiscalização.
- c) O controle externo da Câmara Municipal é exercido privativamente pelo Ministério Público Estadual.
- d) As decisões dos Tribunais de Contas têm natureza criminal, já que consubstanciam o combate à corrupção pública.
- e) O Tribunal de Contas da União será integrado por nove Ministros, entre os quais dois terços serão indicados pelo Presidente da República.

60. A respeito da repartição constitucional de competências, assinale a alternativa correta:

- a) Os estados têm competência comum suplementar para legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.
- b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) No âmbito da competência concorrente, a superveniência de lei federal que disponha sobre normas gerais revoga a lei estadual anteriormente editada, naquilo que for contrária.
- e) Compete exclusivamente a União legislar sobre nacionalidade, cidadania e naturalização;

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

61. Com relação aos princípios que regem a atividade financeira e orçamentária do Estado, assinale a opção correta.

- a) Conforme o princípio da universalidade, obriga-se o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- b) O princípio da exclusividade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- c) O princípio da unidade delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- d) De acordo com o princípio do orçamento bruto, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) O princípio da não afetação da receita veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

62. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário que estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Além disso, que se ressalvam dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

- a) Princípio da Universalidade
- b) Princípio do orçamento bruto
- c) Princípio da não afetação das receitas
- d) Princípio da Exclusividade
- e) Princípio da Legalidade

63. A respeito de conceitos, espécies e natureza jurídica do orçamento público e de princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

I Todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA)

II É considerado exemplo da aplicação do princípio da transparência determinação ao Governo de publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal.

III O princípio da não afetação de receitas veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa como, por exemplo, para realização de atividades da administração tributária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

64. À luz da CF, assinale a opção correta quanto às leis orçamentárias.

- a) A lei que instituir a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação na Comissão mista.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- e) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

65. No que diz respeito ao PPA, à LDO e à LOA, julgue os itens a seguir.

I Os planos e programas setoriais, por exemplo, previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

II Integrará a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais.

III Os recursos que, em decorrência de veto do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

66. Relativamente à receita pública e seus conceitos, estágios e fontes, julgue os itens seguintes.

I O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

II O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

III A arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

67. A classificação orçamentária que reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária é a classificação

- a) Classificação Funcional
- b) Classificação Institucional
- c) Classificação por categoria econômica
- d) Programática
- e) Por identificador de uso

68. No que se refere à execução orçamentária, a despesa será efetivada mediante o cumprimento de estágios: o primeiro deles é o empenho. Julgue os itens subsequentes, a respeito das modalidades de empenho.

I O Empenho global é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

II O empenho por estimativa é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

III O empenho ordinário é o tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão errados.

69. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior pode ser verificada mediante consulta ao

- a) Anexo de riscos fiscais que integra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)
- b) Anexo de metas fiscais que integra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)
- c) Anexo de metas fiscais que integra o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)
- d) O Plano Plurianual (PPA)
- e) A Lei Orçamentária Anual (LOA)

70. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que sejam incluídos na receita corrente líquida do estado os valores, exceto:

- a) Receitas tributárias
- b) Receitas de transferências correntes
- c) Receitas entregues aos Municípios por determinação constitucional
- d) Receitas agropecuárias e industriais
- e) Receitas de contribuições

DISCURSIVA

Amazônia registra em junho o maior número de focos de incêndio dos últimos 13 anos

De acordo com o INPE, o último mês registrou 2.248 queimadas no bioma que fica em território brasileiro. Desde 2007 o índice não ultrapassava a marca de 2.000 incidências de fogo

A Amazônia brasileira registrou, apenas no último mês de junho, 2.248 focos ativos de incêndio, segundo informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgadas nesta quarta-feira. O dado aponta que a quantidade de queimadas aumentou 19,6% em comparação a junho de 2019, quando a instituição registrou 1.880 focos. Também significa que, pela primeira vez desde 2007, o mês de junho ultrapassou a marca de 2.000 incidências de fogo. Naquele ano, o INPE havia registrado 3.519 focos de incêndio.

Ao considerar o período que vai de janeiro a junho, o INPE detectou um total de 7.903 focos de incêndio na Amazônia neste ano, enquanto que, no mesmo período do ano passado, foram 10.606 focos de queimadas. Até o momento, houve, portanto, uma queda de 25,5% em relação a 2019. Por isso os dados de junho preocupam, porque apontam para uma possível piora da situação.

Junho marca o início da temporada de seca na Amazônia, período que se estende até outubro e que habitualmente registra maiores aumentos no número de queimadas. Os holofotes de cientistas e ambientalistas se voltam para o bioma devido à pressão da grilagem. As queimadas ilegais vêm aumentando nos últimos anos, atingindo sobretudo áreas de reserva ambiental e indígena. Após o desmatamento e a retirada de madeira valiosa, o fogo serve para limpar áreas de floresta para a formação de imensas áreas de pasto, além da apropriação ilegal do território protegido.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/amazonia-registra-em-junho-o-maior-numero-de-focos-de-incendio-dos-ultimos-13-anos.html>. Acesso em: 17 de agosto de 2020 (com adaptações).

Preservação das florestas, públicas ou privadas

Há quase 80 anos, o primeiro Código Florestal (Decreto Federal 23.793/34) já trazia preocupações com a proteção dos ecossistemas e dos vários tipos de vegetação nativa. A legislação tinha como objetivo preservar a flora em áreas públicas (parques nacionais) e privadas, em locais “que por sua beleza mereçam ser conservados” e para evitar erosões, proteger animais e o “regime das águas”.

No código de 1934, já se lia claramente a intenção dos legisladores em proteger as margens dos rios e das encostas e restringir a derrubada de espécies nativas. “Somente serão abatidos os exemplares vegetaes estritamente indispensáveis para esse fim, evitando-se, quanto possível, sacrifício de espécimens nobres”, dizia o texto. Por outro lado, naquela época, a maior parte das terras ainda era pública e conceitos como uso sustentável e economia verde não faziam parte do vocabulário.

O decreto também dava início à intervenção estatal na proteção de florestas mesmo em terras privadas, pois eram consideradas “bens de interesse comum a todos os habitantes do país”. Por isso, o código de 1934 fixou limitações aos proprietários de terras outrora devolutas, inclusive para garantir o fornecimento de lenha para as cidades, na chamada quarta parte, precursora da reserva legal.

O atual Código Florestal brasileiro (Lei 4.771/65) foi considerado modernizador para a época pelos movimentos ambientalistas, aperfeiçoou alguns dos instrumentos do código de 1934 e manteve a ideologia de evitar ocupação em áreas frágeis, obrigar a conservação de um mínimo da flora nativa e estimular a plantação e o uso racional das florestas, notadamente nas regiões de “desbravamento” (Amazônia).

Logo em seu primeiro artigo, dizia que “as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação (...) são bens de interesse comum a todos os habitantes do país...”, explicitando o valor intrínseco das florestas e vegetações nativas a despeito de seu valor comercial. Com o código de 1965, os conceitos da legislação anterior foram atualizados nas definições de reserva legal – a antiga quarta parte – e o de área de preservação permanente (APP) – derivada da floresta protetora.

Com alterações. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/temas-polemicos-acordos-fechados-aprovacao-codigo-florestal/preservacao-das-florestas-publicas-ou-privadas.aspx>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

DESMATAMENTO, FOGO E ENGAJAMENTO SOCIAL

Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- a) Apresente a importância da preservação da floresta para o equilíbrio do ecossistema.
- b) Apresente aspectos ambientais e econômicos envolvidos na questão das queimadas, posicionando-se acerca da possibilidade de conciliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico.
- c) Explique como os cidadãos podem auxiliar na preservação das florestas.



Estratégia
Concursos

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ALE-CE-21-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>